

CENTRALIDADE DA FRONTEIRA: ENSAIO SOBRE A ORIGEM E EVOLUÇÃO DE FRONTEIRAS SÓCIO-ESPACIAIS

CENTRALITY OF THE FRONTIER: AN ESSAY INTO THE ORIGINS AND EVOLUTION OF SOCIO-SPATIAL FRONTIERS

Antonio A. R. Ioris¹

Endereço: Cardiff University, School of Geography and
Planning, Glamorgan Building, King Edward VII Avenue, Cardiff,
CF10 3WA, Reino Unido.
Email: iorisa@cardiff.ac.uk

Resumo: A perenidade da emergência de novas fronteiras não é apenas em razão da demanda por minerais, terras ou outros recursos, ou porque as fronteiras representam novas oportunidades de mercado, mas crucialmente porque a fronteira opera como compensação pela saturação das relações capitalistas existentes nas áreas centrais. Este artigo examina o significado e a imanência das fronteiras espaciais, considerando-os como um laboratório de agência histórica e geográfica.

Palavras-chave: capitalismo, resistência, economia política.

Abstract: The perennity of frontier-making is not only due to the demand for minerals, land or other resources, or because frontiers represent fresh market opportunities, but crucially because it operates as compensation for the saturation of the existing capitalist relations in core areas. This article examines the meaning and immanence of spatial frontiers, considering them as a laboratory of historical and geographical agency.

Keywords: capitalism, resistance, political economy.

¹ Professor (senior lecturer) na Escola de Geografia e Planejamento e diretor do programa de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade de Cardiff, Reino Unido.

*La propriété est impossible,
parce qu'avec elle la société se dévore.*

Proudhon, *Qu'Est-Ce que la Propriété?*

Introdução

Há um ditado muito popular na língua inglesa que pode nos servir como ponto de partida em uma discussão sobre as controvérsias socioeconômicas da modernidade capitalista: *the elephant in the room*. O capitalismo é muitas vezes percebido e sentido como a metáfora do elefante no meio da sala. Se comparado a um animal, as relações capitalistas de produção, reprodução e legitimação não correspondem a uma figura dócil no estilo Disney, mas a algo que se move incontrolavelmente e causa grandes danos, ainda que apenas algumas pessoas parecem prestar suficiente atenção. E mesmo aqueles que observam a besta com mais cuidado não sabem como contê-la ou o que fazer para remover o elefante da sala. Dessa maneira, o animal e as pessoas continuam dividindo o mesmo espaço, passivamente e num crescente mal-estar ... A comparação poderia ir um pouco mais adiante se imaginarmos um paquiderme indolente vagando, produzindo mais e mais esterco, imensamente constrangido e ansiando por mais espaço. (Pensar no desconforto de um animal imobilizado numa sala, mas que na África requer aproximadamente 100 hectares por indivíduo).

A metáfora é relevante para o propósito desta análise, porque o capitalismo é notoriamente invasivo, expansionista e se esforça para açambarcar todo o planeta (e para ir mesmo além da Terra, como nas tentativas de deslocar relações capitalistas para o espaço sideral, ignorando tratados internacionais, a fim de escavar asteroides e outros planetas²). Desde o período áureo das navegações portuguesas, o capitalismo se expandiu de forma sistemática e com ambições globalizantes. A atividade capitalista passou a incorporar continentes, localidades, culturas e práticas sociais em todo o mundo. Nesse intenso processo geográfico, a fabricação de fronteiras tornou-se um eixo central para a circulação e acumulação de capital.

Nosso objetivo aqui é examinar, através de uma investigação ensaística, o significado e a imanência das fronteiras espaciais [*frontspaces*, para nos associarmos à terminologia internacional], considerando-as como um laboratório de agência histórica

² Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2015/nov/29/silicon-valley-exploits-space-evgeny-morozov>. Acesso em 12 set. 2018.

e geográfica. As feições mais visíveis de uma fronteira espacial são os mecanismos específicos de extração de recursos, produção econômica e justificativa política, porém sem reduzir a importância das dimensões culturais, sociais e ideológicas. Seguiremos a lição de Pacheco de Oliveira que a fronteira pode ser vista como método analítico e heurístico³. Fronteiras espaciais funcionam como um espelho, onde as características mais explícitas do capitalismo são expostas e mais facilmente reconhecidas. Considerar-se-á que a produção de fronteiras espaciais tem constituído objeto de investigação e ocupado estudiosos em várias disciplinas há mais de um século. As interpretações variam desde o entusiasmo neoclássico sobre os resultados econômicos das novas fronteiras até vozes mais críticas sobre a proletarização crescente e os atos de resistência à penetração do capitalismo em zonas fronteiriças. O nosso estudo encerrará uma reflexão sobre a necessidade, a configuração e a transgressão de fronteiras espaciais, indo além de avaliações descritivas e quantitativas convencionais e que normalmente se limitam a mudanças de uso da terra, mobilização de recursos naturais ou produção de mercadorias. Importante notar que, embora frequentemente usado de forma intercambiável, Watts diferencia “fronteira” [*frontier*] – zona de avanço socioeconômico – de “fronteira política” [*border*] – linha de demarcação entre territórios nacionais ou unidades administrativas⁴. Lund e Rachman também propõem uma distinção entre a dinâmica das fronteiras (zona de recursos livres, onde a ordem social é eliminada, a propriedade é interrompida e os contratos sociais dissolvidos) e a territorialidade da fronteira (espaços com novos sistemas de autoridade, regulação e contestação)⁵.

Tomando em conta essa literatura internacional, nossa prioridade será examinar e teorizar a ontologia política da produção de fronteiras, isto é, interpretar mudanças de localidades e paisagens em função do avanço de processos socioeconômicos localizados, mas dialeticamente relacionados com escalas e tendências mais gerais. Fronteiras espaciais estão sujeitas a rápidas transformações devido à migração de grupos sociais e à abertura de novas oportunidades econômicas, ainda que autoridade formal e convenções legais estejam significativamente diluídas. Há importantes mediações entre as áreas centrais, relativamente consolidadas, e a fronteira, manifestadas através de múltiplos mecanismos de inovação e continuidade entre áreas “novas” e “antigas”. Marx argumenta que capitalismo não envolve apenas o movimento de valores de troca, porque circulação de valor, por si só, não pode realizar capital (considerando que o mero intercâmbio de equivalentes leva à extinção de valor e que circulação de dinheiro e mercadoria não produz valor). O sucesso da circulação de valor requer a mediação do processo econômico total, incluindo conexões geográficas e

3 PACHECO de OLIVEIRA, J. O Nascimento do Brasil e Outros Ensaios. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

4 WATTS, M.J. Frontiers: Authority, Precarity, and Insurgency at the Edge of the State. *World Development*, v. 101, p. 477-488, 2018.

5 LUND, C. & RACHMAN, N.F. Indirect Recognition. *Frontiers and Territorialization around Mount Halimun-Salak National Park, Indonesia*. *World Development*, v. 101, p. 417-428, 2018.

atualização de aspectos sócio-ideológicos, como no caso de novos locais para se extrair recursos e produzir mercadorias. “*Commodities constantly have to be thrown into it anew from the outside, like fuel into a fire*”⁶. Fronteiras espaciais são, portanto, necessárias para acomodar novas demandas econômicas e sociais e desviar a atenção e mitigar problemas acumulados nas áreas centrais. Há sempre demanda por materiais e recursos adicionais, novos mercados e oportunidades de negócios, para compensar a degradação sócio-ecológica e reduzir as tensões sócio-políticas, especialmente através da migração de trabalhadores. Marx observa que alguns trabalhadores emigram, mas “*in fact they are merely following capital, which has itself emigrated*”⁷. Fronteira é, portanto, um espaço em formação para o desenvolvimento das condições e pressupostos para a expansão do capital. Ainda assim, a teorização da formação de fronteiras precisa ser atualizada e expandida, o que será feito abaixo, após descrevermos a experiência altamente emblemática da Amazônia brasileira.

Amazônia: A fronteira perene

Vários exemplos de fronteiras espaciais serão mencionadas a seguir, mas a Amazônia será nossa referência principal. A Amazônia é relevante não só em função da escala e intensidade das mudanças territoriais, tampouco devido à extravagante biodiversidade e manifestações culturais singulares, mas primeiramente porque a região foi condenada, primeiro pelos europeus e depois pelas elites nacionais, como uma fronteira perene. A Amazônia não foi restrita à condição de fronteira devido a suas dimensões e localização, mas, do contrário, permaneceu distante e alienígena porque foi repetidamente incompreendida, desvalorizada e tratada como objeto de conquista. A história de colonização e construção nacional na Amazônia brasileira se desenvolveu fundamentalmente através da produção e incorporação de fronteiras. Bunker descreve a Amazônia como uma “periferia extrema”, onde a economia foi organizada quase que exclusivamente em torno da extração e mercantilização da natureza⁸. Foweraker caracteriza a Amazônia como a “última grande fronteira” que se manifesta pelo avanço gradual das relações capitalistas e pela apropriação do excedente pelo resto da economia nacional⁹. Tal afirmação ecoa Heckenberger ao situar a Amazônia como uma das últimas fronteiras do imaginário moderno¹⁰. Mais ainda, Little posiciona a Amazônia em um processo perene de fronteirização, o qual foi repetidas vezes aberto, fechado, e reaberto e outra vez abafado¹¹.

6 MARX, K. Grundrisse. Trans. M. Nicolaus. London: Penguin, 1973, p. 255.

7 MARX, K. Capital, Volume I. Trans. B. Fowkes. London: Penguin, 1976, p. 794.

8 BUNKER, S.G. Modes of Extraction, Unequal Exchange, and the Progressive Underdevelopment of an Extreme Periphery: The Brazilian Amazon, 1600-1980. *American Journal of Sociology*, v. 89, n. 5, p. 1017-1064, 1984.

9 FOWERAKER, J. *The Struggle for Land*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

10 HECKENBERGER, M. *The Ecology of Power*. Abingdon: Routledge, 2005.

11 LITTLE, P. *Amazonia*. Baltimore: John Hopkins, 2001.

A descrição da Amazônia como fronteira é algo comum em documentos históricos, literários, científicos e governamentais. Isso tem sido uma prática comum desde as primeiras incursões territoriais no Século XVI e ao longo de diferentes ciclos extrativistas nos séculos seguintes. Durante o período colonial, as cinco potências europeias com participação efetiva nas Américas mantiveram interesses territoriais na Amazônia (Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda e Portugal, sendo que o avanço lusitano estabeleceu uma presença muito mais abrangente na Amazônia do que a outras quatro potências combinadas). O processo prosseguiu com as independências nacionais, já que a fronteira Amazônica continuou a envolver exploração, conquista e migração, assim como disputa com os projetos nacionais dos países vizinhos. O extrativismo atingiu o ponto máximo um pouco antes da Primeira Guerra Mundial com a coleta de látex vegetal das seringueiras para a produção de pneumáticos. Em 1889, o Brasil se tornou uma república, depois de quase sete décadas de monarquia, e teve que lidar com pendências na demarcação de limites políticos com os vizinhos hispanos. Um dos principais atores desse processo foi o engenheiro militar, geógrafo e escritor Euclides da Cunha, nomeado chefe da comissão responsável pela divisa entre Peru e Brasil no alto Rio Purus (com atuação entre 1904 e 1905). Em seus livros e notas inéditas, Euclides considerou os seres humanos (não autóctones) como “intrusos”, estranhos a uma realidade ainda “incompleta” e em formação¹². Euclides descreveu a Amazônia como a última página ainda a escrever do Gênesis, ainda localizada nas fronteiras da história¹³.

A tentativa de Euclides da Cunha de mobilizar o pensamento geográfico e sociológico de seu tempo para interpretar os cantos remotos e esquecidos do Brasil evidenciam um duplo estranhamento: humanos lutando para entender e apreciar a Amazônia (obviamente, Euclides representou o estrangeiros brancos e ignorou o conhecimento e a cultura dos grupos que lá viviam) e, da mesma forma, uma região que rejeita tecnologias e procedimentos exógenos (por causa de seus esplêndidos ecossistemas, grandes distâncias, pequena força de trabalho, doenças tropicais e gigantesco ciclo hidrológico). Este duplo estranhamento, com elementos de determinismo geográfico, que Euclides registrou durante suas viagens épicas, era recorrente nas narrativas de gerações de exploradores e que ajudaram a manter a Amazônia na condição de permanente fronteira. Tais preconceitos obviamente serviram para informar iniciativas governamentais e as políticas públicas formuladas a milhares de quilômetros da região. Em 1938, o governo brasileiro lançou a “Marcha para o Ocidente” visando explorar, ocupar e preencher as lacunas nos mapas nacionais (lacunas que evidentemente eram ocupadas por tribos indígenas). Entre as décadas de

12 BOLLE, W. O Mediterrâneo da América Latina: A Amazônia na Visão de Euclides da Cunha. *Revista USP*, v. 66, p. 140-155, 2005; SANTANA, J.C.B. Euclides da Cunha e a Amazônia: Visão Mediada pela Ciência. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 6, suppl., p. 901-917, 2000.

13 CUNHA, E.R.P. *À Margem da História*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005 [1909].

1940 e 1960, sucessivos planos governamentais investiram em infraestrutura pública e encorajaram a incorporação econômica da região Centro-Oeste (culminando com a mudança da capital nacional para Brasília), o que abriu o caminho para a “conquista” final e definitiva da Amazônia. Como é bem sabido, o processo foi impulsionado na década de 1970 com os programas megalomaniacos da ditadura militar e com as posições ideológicas de integração e segurança nacional. Tais procedimentos evidentemente atingiram enorme complexidade e não podem ser compreendidos como simples manipulação do grande capital ou ao protagonismo de indivíduos e camponeses¹⁴, mas requerem uma teoria adequada da fronteira (discutida abaixo).

O avanço da tecnocracia militar e da fantasia geopolítica sobre a Amazônia é uma história bem conhecida e com importantes repercussões até os dias atuais. Contudo, algo significativo mudou nas últimas duas décadas, quando o desenvolvimento regional passou a ser firmemente afetado pelas práticas e pela ideologia do mercado livre e globalização de mercado. No contexto brasileiro de reformas neoliberais (na década de 1990) e populismo neoliberal (entre 2003 e 2016), grandes projetos de mineração, hidrelétrica, madeira, rodovias e navegação foram implementados (o mais notório, controvertido e provavelmente corrupto sendo a hidroelétrica de Belo Monte). Em paralelo, a legislação socioambiental expandiu, mas também tornou-se mais flexível e cada vez mais influenciada pelos princípios da modernização ecológica (por exemplo, adotando a narrativa de soluções de mercado e o pagamento de serviços ecossistêmicos). Com essa combinação de neoliberalismo, demagogia e modernidade ecológica, novas áreas foram abertas (desmatadas) e fronteiras antigas foram renovadas sob crescentes pressões pelo aumento da produção e exportação. O caso mais extenso e influente tem sido a expansão da atividade do agronegócio em zonas anteriormente florestadas (por exemplo, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas), tanto quanto a invasão de áreas antigamente associadas à extração de látex (leste do Pará). O agronegócio, especialmente a produção de soja, tornou-se o principal mecanismo para, mais uma vez, manter a Amazônia como fronteira imaginada e vivenciada. As fronteiras do agronegócio neoliberal dão continuidade à longa trajetória da produção de fronteiras, em particular o processo desenvolvimentista da década de 1970. Mas as falhas e os excessos desse período nacionalista (geralmente atribuídos, sob a ótica neoliberal, às ineficiências das intervenções estaduais e à falta de empreendedorismo, ignorando a dificuldade real para estabelecer produção e comercialização na região Amazônica) são agora considerados largamente superados em função da racionalidade e produtividade do agronegócio globalizado. O agro-neoliberalismo tornou-se a nova e poderosa fronteira econômica na Amazônia, descrito e elogiado como superação de erros do passado e, finalmente, demonstração da possibilidade de se ter produção racional e

14 LENA, P. Aspects de la Frontière Amazonienne. Cahiers des Sciences Humaines, v. 22, n. 3-4, p. 319-343, 1986.

eficiente na região¹⁵. Há uma tentativa repetida de contrastar a suposta vitória do agronegócio neoliberalizado – cada vez mais dominada por corporações transnacionais – com o extrativismo anterior, porém a fronteira continua a depender de processos de extração de renda e da produção de uma imagem de modernidade artificial¹⁶.

Devido a equívocos macroeconômicos e influências políticas perversas, a economia brasileira contemporânea tem uma dependência crítica, quase patológica, das exportações do agronegócio e de sua expansão para novas fronteiras, especialmente na Amazônia. A produção de novas fronteiras oferece certa legitimidade política e estabilidade econômica, ainda que sua manutenção no médio e longo prazo seja altamente duvidosa em razão de tensões sociais e ambientais. A aparente racionalidade e suposto sucesso da fronteira do agronegócio na Amazônia, diariamente louvada pelos grupos políticos e pelos meios de comunicação, contudo é uma atividade altamente elitista, excludente e associada a enorme degradação ecológica e injustiças socioeconômicas. Artigo do Financial Times demonstra o papel fundamental das exportações do agronegócio, as quais respondem por 42% da pauta exportadora nacional (principalmente impulsionada pelas importações chinesas de soja)¹⁷. Isso é traduzido no poder político decisivo do setor do agronegócio, que forma 44% dos membros da Câmara dos Deputados (a sinistra ‘bancada ruralista’). Devido à sua influência, vários ajustes legais foram introduzidos ou estão sendo considerados nos últimos anos, como a flexibilização do código florestal, redução da área de parques nacionais e unidades de conservação, adoção de ferramentas de modernização ecológica (como no caso de mercados de carbono), facilitação da entrada de investidores estrangeiros em propriedades rurais [*land grabbing*]. Associado ao poder do agronegócio, o desmatamento ilegal na Amazônia continua a avançar e responder por 95% das perdas florestais na região. A lógica perversa das fronteiras do agronegócio amazônico também é demonstrada pelas enormes oportunidades de enriquecimento disponibilizadas para elites econômicas, incluem particularmente bancos de investimento, por políticos de esquerda que durante mais de uma década defrontaram uma forma idiossincrática de neoliberalismo populista nas últimas duas décadas¹⁸. Refletindo sobre a centralidade da construção de fronteiras para o capitalismo, em geral, e a situação perene da Amazônia como uma fronteira tripla (do projeto colonial, do edifício nacional e, hoje em dia, dos mercados globalizados), a próxima seção trará elementos para se esboçar uma teoria da produção de fronteiras espaciais [*frontier making*].

15 IORIS, A.A.R. Places of Agribusiness: Displacement, Replacement, and Misplacement in Mato Grosso, Brazil. *Geographical Review*, v. 107, n. 3, p. 452-475, 2017.

16 IORIS, A.A.R. Rent of Agribusiness in the Amazon: A Case Study from Mato Grosso. *Land Use Policy*, v. 59, p. 456-466, 2016.

17 Disponível em: <https://www.ft.com/content/971f03aa-f9e0-11e7-9b32-d7d59aace167>. Acesso em 16 jan. 2018.

18 IORIS, A.A.R. Agribusiness and the Neoliberal Food System in Brazil: Frontiers and Fissures of Agro-neoliberalism. London: Routledge, 2017.

Elementos para uma teoria da produção de fronteiras espaciais

Fronteiras espaciais existem não só porque oferecem oportunidades econômicas e sociais, mas porque problemas acumulados nas áreas centrais conduzem à busca por novas áreas para renovação econômica e social. Mas o que é considerado novo permanece domesticado, subordinado e relativizado na fronteira, sem realmente configurar genuína inovação, mas prolongamento do centro. Na Amazônia, por exemplo, durante mais de quatro séculos, houve poucas e esporádicas tentativas de desenvolver atividades verdadeiramente produtivas, devido à irresistível tentação de se explorar e coletar os abundantes recursos naturais, o que acabou por reter a região em um estado de fronteira permanente¹⁹. Em meados do século passado, devido à complexificação da economia brasileira e às tensões crescentes nas áreas consolidadas ao longo da costa Atlântica, a Amazônia entrou em uma nova fase de desenvolvimento econômico, mas sem nunca eliminar a condição de fronteira. Pelo contrário, o novo momento de produção espacial continuava pressuposto no antigo. Desde a década de 1960, a região tem se modernizado através da construção de hidrelétricas, rodovias, projetos florestais, infraestrutura de navegação, do rápido crescimento urbano, da manutenção do polo industrial de Manaus e, especialmente, pelo avanço do agronegócio. Apesar de tudo, o desenvolvimento regional imita e serve os interesses econômicos no sul e sudeste e, dessa forma, a Amazônia segue sendo fronteira.

Consequentemente, para se interrogar a fronteira é necessário compreender simultaneamente as realizações e as contradições das áreas econômicas mais desenvolvidas (geopoliticamente centrais). Podemos nos beneficiar da metodologia adotada por Marx para descrever a evolução do capitalismo e de sua convicção de que a economia burguesa fornece a chave para economias antigas que a precederam. Marx argumenta que a anatomia dos seres humanos “*contains a key to the anatomy of the ape*”, ou seja, melhorias nos sistemas menos desenvolvidos só podem ser entendidas após conhecer-se melhor o processo de desenvolvimento nos sistemas mais avançados²⁰. Para entender a interpenetração entre passado e presente, Marx adverte especificamente que é preciso progredir com cuidado, porque as semelhanças e as diferenças devem ser examinadas em detalhes, evitando associações simplistas. Considerando que os espaços fronteiriços são predicados e limitados pelas falhas persistentes das áreas originais de onde migrantes e empresários se deslocaram, a dinâmica dos espaços fronteiriços pode ser resumida esquematicamente em cinco pontos principais, a seguir.

A primeira reivindicação conceitual é a constatação de que a criação de fronteiras

19 BUNKER, S.G. *American Journal of Sociology*. Op. cit.

20 MARX, K. *Grundrisse*. Op. cit., p. 105.

pode aparecer como uma deslocação social e espacial, como distanciamento do centro, enquanto, de fato, o centro está sendo projetado, reformulado e restaurado. Não há oposição essencial entre a socioeconomia nas áreas consolidadas (central) e as novas (fronteiras), mas, na verdade, um prolongamento coerente do centro para a fronteira. Os espaços fronteiros são, portanto, mais do que “zonas de incorporação” a um sistema mundial em expansão²¹, mas têm um papel fundamental na reorganização e revitalização do centro. Não há contradição espacial entre o centro e as novas áreas, mas, na realidade, o espaço frontal é pressuposto nas contradições do próprio centro e funciona como um mecanismo para mitigar essas tensões e prolongar a existência do centro. As fronteiras capitalistas foram, desde o início, marcadas por práticas, realizações e vícios das áreas antigas. Por exemplo, a colonização europeia das Américas transferiu para o novo continente hierarquias sociopolíticas, valores e ideologias que sustentavam as sociedades metropolitanas. A América continha não só riquezas e recursos, mas tornou-se catalisadora das reformas controladas, de cima para baixo, no centro europeu. Processos semelhantes ocorreram no Século XVIII, quando da conquista da Índia e no Século XIX com a Partilha da África entre as principais potências coloniais. Em décadas mais recentes, essas antigas colônias foram mais uma vez subordinadas à lógica ocidental, agora sob a retórica da globalização dos mercados, investimentos estrangeiros e desenvolvimento internacional.

Desta forma, a configuração social, econômica e espacial do espaço fronteiro replica fundamentalmente os mecanismos de exploração e exclusão que definem as nações capitalistas hegemônicas (com todas as suas contradições e fricções). A fronteira é mais do que um ajuste ou dispositivo espacial [*spatial-fix*], como teorizado por Harvey, ou seja, locais onde o capital pode ser desviado e investido em infraestrutura e imóveis para responder a problemas de acumulação excessiva²². Fronteiras espaciais são na verdade fundições de tempo e espaço que, em teoria poderiam se tornar outra coisa, mas devido ao seu status subordinado assumem rapidamente uma configuração que reproduz as áreas centrais. No espaço fronteiro, o tempo e o espaço são fundidos, mas mantêm as propriedades das áreas centrais originais. Fronteira é onde a trajetória do tempo e do espaço é interrompida, criando um campo de potencialidades, mas, devido à dinâmica de fabricação de fronteiras, a nova área é mantida dentro da esfera de influência do centro. A geografia da fronteira se desenvolve fundamentalmente em torno da distância entre a possibilidade de uma reprodução inovadora e a concretude da influência determinante das áreas centrais. Conforme teorizado na *Física* de Aristóteles, mudança requer a existência de potencialidade, que é atualizada e realizada de acordo com circunstâncias específicas, mas sem total independência. O estado final do processo de mudança é albergado pelas propriedades específicas do sistema e sua

21 WALLERSTEIN, I. *The Modern World-System I*. New York: Academic Press, 1974.

22 HARVEY, D. *The Limits to Capital*. New Edition. London and New York: Verso, 2006 [1982].

potencialidade de mudança. A fronteira é menos fixa, mais tentativa e, até certo ponto, aberta, mas a ordem anterior só é interrompida de forma superficial e temporária, mas depois rápida e efetivamente reconfigurada de acordo com o que existia antes no centro. As razões para essa potencialidade bloqueada da atividade de fronteira estão localizadas no poder de controle dos processos de expropriação, enriquecimento e autoridade, que capacitam algumas partes da sociedade e estabelecem uma nova ordem espacial, mas que apenas parcial e injustamente incorpora a maioria da população que passa a viver na fronteira.

Nossa segunda observação é sobre a produção de fronteiras através da imposição dos múltiplos e interligados dualismos que caracterizam a cultura ocidental e o padrão ocidentalizado de desenvolvimento econômico. Muitos autores identificam as origens de tais dualismos na teologia hebraica ou na filosofia grega, passando pela dicotomia cartesiana entre corpo e mente que permeia os padrões ocidentais de pensamento e conhecimento científico. O resultado é uma situação em que os dualismos interpessoais (masculino / feminino, branco / não-branco, aprendido / tradicional, arcaico / moderno, improdutivo / produtivo, etc.) estão profundamente enraizados e ajudam as estruturas econômicas ocidentais²³. Esses dualismos são impostos às fronteiras espaciais pelos grupos de interesse mais fortes como parte da sua estratégia de consolidar novas relações de produção e reprodução como prolongamento do centro. A longa cadeia de dualismos deriva da dicotomia fundamental entre centro e a fronteira, que é alimentada por uma superioridade implícita do centro e pelas as supostas ou reais deficiências da fronteira. O contraste entre pessoas consideradas superiores em áreas centrais e os habitantes fronteiriços de segunda categoria é fundamental para a institucionalização subordinada da nova fronteira e para a preservação da autoridade do centro.

O pensamento dualista foi implementado em favor do avanço e da legitimação das fronteiras em diferentes partes do mundo. A cultura de assentamento australiana ilustra de forma marcante a superposição de vários dualismos, considerando que era altamente racista, discriminatório e hierárquico, permeado por um discurso machista sobre a supremacia do colonizador branco livre²⁴. Outra característica polêmica da experiência australiana foi a prática recorrente do genocídio fronteiriço. Conforme descrito por Rogers e Bain, entre 1788 e 1928, a brutalidade extrema foi racionalizada através da fusão de ideias darwinianas sobre a sobrevivência dos colonos mais fortes (ou seja, brancos e masculinos) com noções de raças inferiores que inevitavelmente desapareceram (ou seja, os aborígenes)²⁵. Isso significava a mistura perversa da extinção com o extermínio, devido à impossibilidade de coexistência do pastoralismo e

23 MELLOR, M. Feminism and Environmental Ethics: A Materialist Perspective. *Ethics and the Environment*, v. 5, n. 1, p. 107-123, 2000.

24 WOOLLACOTT, A. *Settler Society in the Australian Colonies*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

25 ROGERS, T.J. & BAIN, S. Genocide and Frontier Violence in Australia. *Journal of Genocide Research*, v. 18, n. 1, p. 83-100, 2016.

da gestão indígena de pradarias. Apesar dessa história trágica, até agora houve um interesse acadêmico limitado por compreender o genocídio fronteiriço, que segundo Stanner representa o “grande silêncio australiano”²⁶. Ainda há perguntas pendentes sobre a responsabilidade pela colonização genocida, considerando o impacto dos colonos brancos, autoridades locais e, finalmente, os mestres coloniais britânicos em Londres. Evans esclarece que esse genocídio resultou de um ataque coordenado sobre vidas, terras e cultura, o que foi fundamental para a evolução do capitalismo desde a colonização mercantilista até o período de industrialização²⁷. A experiência na Amazônia foi bastante semelhante, onde a cultura, o conhecimento e as habilidades dos povos tradicionais, incluindo as famílias dos que migraram para a região desde a década de 1970, foram sistematicamente desvalorizados para se abrir caminho à mercantilização da produção e promoção de novas práticas de consumo. Barbier afirma que a expansão da fronteira amazônica foi, por si só, dualista, dividida entre fazendas de agronegócios e unidades de agricultura familiar²⁸.

A terceira característica das fronteiras espaciais está dialeticamente relacionada às duas anteriores: o tempo e o espaço na fronteira são condensados, reconfigurados e lançados em diferentes direções. As mudanças espaciais e temporais não progridem necessariamente de forma linear e sequencial, como aconteceu nas áreas centrais, mas na fronteira os mecanismos básicos de expropriação, mercantilização, proletarização, etc. seguirão padrões únicos (obviamente relacionados com o desenvolvimento socioeconômico mais amplo tendências e estruturas). A fronteira tem momentos diferentes, normalmente com um início lento e depois, devido a circunstâncias favoráveis, de acelerada atividade. Sua própria existência nunca é garantida, mas a mesma fronteira pode abrir e fechar várias vezes. Uma área que foi considerada uma fronteira pode perder essa prerrogativa, por exemplo devido à concorrência com novos produtos ou novas áreas produtoras. Mais tarde, depois de algum tempo, o que se tornou uma fronteira obsoleta pode ser novamente incorporado em novas rodadas de migração e produção seguindo novas oportunidades e tecnologias disponíveis para recriar novamente a fronteira (por exemplo, manuseio de novos produtos e bens no mesmo espaço que anteriormente implicava a produção de outra coisa). Isso significa a escavação de velhas fronteiras através da redistribuição de saberes e práticas que, mais uma vez, emanam como uma imposição do centro (se a fronteira pudesse ressurgir independentemente do centro, não mais será uma fronteira). As antigas fronteiras podem não só ser suplantadas por novas, mas os diferentes “momentos de fronteira” são ambos impostos e superados nas experiências sócio-espaciais anteriores. Em última análise, “a fronteira não é o espaço em si. É algo que acontece *no* e *para* o espaço. As

26 STANNER, W.E.H. *The Dreaming and Other Essays*. Melbourne: Black Inc. Agenda, 2010.

27 EVANS, R. *A History of Queensland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

28 BARBIER, E.B. Scarcity, Frontiers and Development. *The Geographical Journal*, v. 178, n. 2, p. 110-122, 2012.

fronteiras tomam ritmo. Literalmente”²⁹.

Novas relações sócio-espaciais são baseadas em experiências passadas, não necessariamente melhorando práticas ou procedimentos; na verdade, uma fronteira espacial pode ser nova em termos históricos, mas muitas vezes traz de volta muitas das relações e instituições do passado. Na fronteira, o capitalismo é de alguma forma renovado devido a novas tecnologias e plataformas produtivas, mas é quase que livremente permitido reintegrar elementos de violência, exploração, racismo, nostalgia que caracterizaram os períodos históricos anteriores. Esse foi o caso da região amazônica, que era uma fronteira da biodiversidade e extração de minerais durante a época colonial, então a principal fonte de látex vegetal no momento da Segunda Revolução Industrial e, mais recentemente, devido à demanda por bens do agronegócio tornou-se uma fronteira vibrante para a produção e exportação de plantios. A violência foi empregada como elemento central da estratégia de colonização e as fronteiras avançadas adiantadas pelos europeus invasores não avançaram na civilização, mas destruíram grupos sociais, seu conhecimento e arte sofisticados³⁰. Um dos exemplos mais notórios foi a legislação introduzida pelo marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, em 1757, que forçou os grupos indígenas da Amazônia a se mudarem para os assentamentos administrados por um diretor onde a assimilação racial foi encorajada às custas da identidade cultural e linguística. Durante o período de extração de borracha no Século XIX, a existência de grupos indígenas foi ignorada e os contingentes de imigrantes muito pobres foram atraídos para a região para coletar látex. Isso sugere que o genocídio, a escravidão e a violência não foram incidentes esporádicos, mas constituíram um fenômeno corrente, sistemático e subjacente à produção de fronteiras.

O quarto elemento de nossa teorização é a mistificação sistemática dos benefícios e oportunidades disponíveis na fronteira. A fronteira é sempre hierárquica e tem sua configuração geralmente manipulada para servir os interesses de pessoas em posições mais favoráveis (que incluem especuladores de terras, empresas de desenvolvimento rural, intermediários, investidores, exportadores de mercadorias produzidas por um grande número de indivíduos, etc.), contudo tais assimetrias permanecem disfarçadas e minimizadas pela aparência de oportunidades e melhores perspectivas de se ganhar a vida. Existe um fetichismo da fronteira, alimentado por evidências ambíguas de sucesso e vagas histórias de sucesso pessoal. A mistificação do que a fronteira realmente oferece é baseada em declarações ou omissões enganosas. As falhas raramente são creditadas nas condições próprias da fronteira, mas atribuídas à incompetência de migrantes e pioneiros que não aproveitaram as oportunidades que lhes foram apresentadas. Turner

29 RASMUSSEN, M.B. & LUND, C. Reconfiguring Frontier Spaces: The Territorialization of Resource Control. *World Development*, v. 101, p. 388-399, 2018, p. 388.

30 HEMMING, J. *Amazon Frontier: The Defeat of the Brazilian Indians*. London: Papermac, 1987.

constitui o exemplo clássico da narrativa ufanista construída na perspectiva daqueles que se beneficiaram na fronteira³¹. A proposição básica, que norteia o trabalho de Turner, é a de que a sociedade norte-americana teria na produção de novas fronteiras sócio-espaciais seu alicerce político-econômico e o mecanismo fundamental da democracia nacional (ainda que elitista e racista, como posteriormente criticado por muitos autores). De forma semelhante, Bowman, em seu trabalho sobre “frentes pioneiras”, argumenta que um ambiente em transformação alimenta liberalismo, uma vez que recursos sejam abundantes o suficiente para suportar o desenvolvimento de instituições sociais e políticas independentes³².

A experiência australiana de criação de fronteiras está normalmente associada a uma imagem de conquista e triunfo, amplamente explicada pela construção de uma nova sociedade que refletia os valores britânicos e as hierarquias sociais. A Austrália no início do Século XIX era o destino principal para condenados e ex-condenados (que deveriam ser removidos da cena) e, depois da década de 1840, para colonos livres encorajados a se mudar para a colônia a fim de assumir o controle de terra dos aborígenes, tida como livre e abundante³³. Por volta de 1834, argumentava-se que aqueles que colonizam novas áreas certamente aproveitarão um maior grau de consideração e importância entre seus companheiros do que poderia ser razoavelmente alcançado na sociedade britânica³⁴. As desigualdades não existiam apenas entre colonos e aborígenes, mas uma pequena elite de posseiros (descritos como *squattocracy*, por exemplo, os membros do Melbourne Club, estabelecido em 1839) controlava a maioria das terras e limitava o acesso aos novos contingentes de migrantes. Isso criou sérios ressentimentos e pressões para reforma agrária, que nunca foram realmente resolvidos. Nova legislação foi introduzida em 1860 (chamada Nicholson Land Act), mas teve seus resultados frustrados uma vez que a elite agrária manipulava a distribuição de terras fazendo uso de prepostos e fraudes. Da mesma forma, a elite usava seu conhecimento para comprar os melhores locais, deixando apenas terreno infértil e marginal para os novos colonos.

A quinta e última observação é que, mesmo em uma dinâmica globalizada e altamente interconectada, a produção de fronteiras sócio-espaciais não vai desaparecer. Pelo contrário, as fronteiras continuarão a se expandir em todo o mundo, quer através da incorporação de áreas até então com menor influência capitalista, ou com a substituição de atividades anteriores por novas rodadas de relações capitalistas de produção e reprodução. Os intensos fluxos de mercado e a mobilidade humana não prescindem de fronteiras, mas o mundo moderno persistentemente requer novos

31 TURNER, F.J. *The Frontier in American History*. New York: H. Holt and Company, 1920.

32 BOWMAN, I. *The Pioneer Fringe*. *Foreign Affairs*, v. 6, n. 1, p. 49-66, 1927.

33 WOOLLACOTT, A. *Settler Society in the Australian Colonies*. Op. cit.

34 WAKEFIELD, E.G. *England and America*. New York: Augustus M. Kelley, 1967 [1834].

lugares e regiões para serem inseridos na esfera de circulação e acumulação de capital³⁵. Uma das características decisivas da modernidade capitalista é igualar processos específicos e localizados e trazê-los para a mesma racionalidade hegemônica nos centros político-econômicos. No entanto, é importante perceber que o capitalismo não precisa de fronteiras apenas para se renovar, mas, ao contrário, a construção de fronteiras ajuda o centro a permanecer em grande parte como sempre foi (veja acima). Nas fronteiras espaciais, o capitalismo pode ser mais capitalismo, no sentido de que é mais irrestrito, sem restrições e potencializado pelas condições e instituições únicas dos espaços fronteiriços.

Existe, portanto, uma necessidade de novas fronteiras espaciais para abrir novos espaços ou criar novas relações socioeconômicas sob a influência da modernidade capitalista. A fabricação de fronteiras é iminente na trajetória peculiar do capitalismo, a qual combina dualismos, e acumula tensões, entre o antigo e o novo, a exploração e a produção, particularidades e universalismos. Mas a necessidade da fronteira espacial precisa ser entendida em termos dialéticos e não deterministas. Žizek afirma que a necessidade histórica é fundamentalmente uma convergência de contingências. Žižek argumenta que as noções hegelianas de totalidade e necessidade histórica são, de fato, elementos de um raciocínio dinâmico e que implica em uma contingência histórica radicalmente aberta³⁶. A relação entre contingência e necessidade é dialética, no sentido de que existe uma necessidade de contingências e, mais radicalmente, uma contingência de necessidades (isto é, as coisas só se tornaram necessárias de maneira contingente). A relação entre passado e presente também é dialética, onde o presente é obviamente influenciado pelo passado, mas o passado também é reinterpretado e reconstruído pelo presente. Também observado por Bukharin, a necessidade é realmente uma cadeia de eventos históricos que conectam causas e efeitos³⁷. Em vez de as tendências serem determinadas a priori por alguma força inevitável, as necessidades históricas só podem ser explicadas retrospectivamente. Desta forma, a necessidade hegeliana deve ser vista não como uma causa, mas como a propriedade central do processo de mudança³⁸. As noções de necessidade histórica e dialética são particularmente relevantes para compreender a teorização hegeliana das tendências globais e as intervenções do aparelho estatal³⁹, tanto quanto para a busca de alternativas às fronteiras capitalistas, conforme examinado a seguir.

35 IORIS, A.A.R. Place-making at the Frontier of Brazilian Agribusiness. *GeoJournal*, v. 83, p. 61-72, 2018.

36 ŽIŽEK, S. Hegel's Century. In: ŽIŽEK, S., CROCKETT, C.; DAVIS, C. (Org.). *Hegel and the Infinite*. New York: Columbia University Press, 2011, p. ix-xi.

37 BUKHARIN, N. *Imperialism and World Economy*. London: Martin Lawrence, 1929 [1917].

38 MANN, G. *A Negative Geography of Necessity*. *Antipode*, v. 40, n. 5, p. 921-934, 2008.

39 IORIS, A.A.R. *The Political Ecology of the State: The Basis and the Evolution of Environmental Statehood*. London: Routledge, 2014.

Imanência, interstícios e agência política

As cinco principais características ônticas da produção de fronteiras, discutidas acima, são uma tentativa de identificar, mesmo que de forma esquemática, como novas configurações espaciais e práticas socioeconômicas continuam a ser inseridas, e formam importante fator, na expansão da modernidade capitalista. A produção de fronteiras espaciais, através de processos como apropriação, exploração e especulação, atende não apenas a oportunidades econômicas favoráveis, mas acontece principalmente devido à necessidade de estabilizar e revigorar tendências econômicas e políticas nos centros político-econômicos. No espaço da fronteira, as relações capitalistas podem reafirmar sua hegemonia com custos muito menores e com menos restrições políticas e legais. Na fronteira, ordem e autoridade são temporária e relativamente suspensas, uma vez que tempo e espaço estão sendo reconfigurados, e os excessos são mais facilmente aceitos. Nesse sentido, Martins descreve a fronteira que se expandiu para a Amazônia como uma grande paisagem de intolerância, ambição e morte⁴⁰. O simbolismo e a retórica de abundância, enriquecimento facilitado e um futuro promissor representam uma poderosa ferramenta de legitimação e justifica violência e erros porventura cometidos. Tais processos não foram interrompidos pela globalização dos mercados, uma vez que a produção de fronteiras ao redor do planeta continua a ser altamente estratégica como contraponto às contradições acumuladas no ocidente. A inexorável interdependência entre o centro e a fronteira é evidentemente um processo com maior significado político e político. É uma forma de profecia autorealizada, relatada majoritariamente pelos vencedores. Experiências que se desviem deste modelo são consideradas anomalias, curiosidades e não fronteiras genuínas e viáveis.

A organização de fronteiras capitalistas segue, portanto, o que Rancière descreve como uma ordem ‘policial’ [*la police*], uma constituição simbólica do social que tanto se fragmenta quanto incorpora, insistindo em homogeneização e impulsionando consenso. Segundo essa lógica, o indivíduo deve cumprir passivamente, circular em um espaço vazio de política definido pelas forças de mercado, já que “*l’espace de la circulation n’est que l’espace de la circulation*”⁴¹. Nas fronteiras do agronegócio, como na Amazônia contemporânea, a monocultura da soja corresponde, simbólica e materialmente com monoculturas políticas e culturais que permeiam a constituição de sociedades altamente hierárquicas e excludentes (como por exemplo, a história recente de exclusão, violência e corrupção dos Estados de Mato Grosso e Pará). O resultado é

40 MARTINS, J.S. *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

41 RANCIÈRE, J. *Aux Bords du Politique*. Paris: Gallimard, 1988, p. 242.

um consenso produzido sobre uma ordem desigual⁴², o qual pode e deve ser interrompido com a emergência de clara ação política (o que para Rancière é fundamentalmente deve buscar uma emancipação e igualdade radicais). O espaço da fronteira é único em termos de potencialidade e transformações, as quais são sistematicamente contidas pela imposição da hegemonia da acumulação capitalista, mas não de forma absoluta ou definitiva. Pelo contrário, especialmente devido aos limites fluidos e à grande mobilidade de grupos sociais, a fronteira contém interstícios em que consciência política e reações podem surgir. A fronteira tem múltiplas descontinuidades de espaço-tempo, assim como ‘rugosidades’ (que são as formas remanescentes dos períodos anteriores, conforme Milton Santos⁴³) e é nesse contexto que a oposição, quase sempre silenciosa, mas às vezes intensa, entra em erupção.

O espaço da fronteira demonstra uma dialética da potencialidades difusas e mudanças graduais, dentro das instituições existentes e de acordo com circunstâncias históricas e geográficas concretas. Os espaços fronteiriços são vivenciados como paisagens imaginadas, vividas e disputadas. Ingold trata da temporalidade da paisagem, como um ponto de unidade e expressão social; as pessoas não apenas vivem na paisagem, mas preocupam-se com o significado da sua condição espacial, a qual é vivenciada a cada dia e de múltiplas formas⁴⁴. É através do trabalho cultural e físico na paisagem que a necessidade capitalista da fronteira (ver acima) pode ser rejeitada e subvertida. Em função do acúmulo de tensões e contradições, existe uma necessidade subjacente dentro da necessidade prevalecente nas dinâmicas espaciais da fronteira. De acordo com Jacques Rancière, o regime político dominante no mundo capitalista é incapaz de incluir todos os segmentos sociais e promover igualdade; a ordem ‘policial’ tenta administrar desigualdades e garantir legitimidade, negando a existência de uma pluralidade de demandas e necessidades sociais⁴⁵. A perspectiva de mudança não deriva de soluções ou estratégias pré-estabelecida ou importadas para a área de fronteira, mas depende da valorização de subjetividades políticas e reconhecimento de novas identidades, que leva pessoas e grupos subalternos a se tornem agentes eficazes de transformação⁴⁶. Essas formas de política são mais do que mera oposição entre opressores e oprimidos, ou entre a ordem ‘policial’ (encarnada pelo aparelho de governo, incluindo instituições judiciais e parlamentares) e a política transformadora (ruptura produzida na reivindicação por igualdade), mas é intrinsecamente impura, no sentido de ser múltipla e multiplicada⁴⁷.

A resistência à perversidade das relações estabelecidas na fronteira é, assim,

42 RANCIÈRE, J. *Aux Bords du Politique*. Op. cit., p. 74.

43 SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

44 INGOLD, T. *Conceptions of Time and Ancient Society*. *World Archaeology*, v. 25, n. 2, p. 152-174, 1993.

45 RANCIÈRE, J. *Aux Bords du Politique*. Op. cit.

46 IORIS, A.A.R. *Seeding a Narrow Future and Harvesting an Exclusionary Past: The Contradictions and Future Scenarios of Agro-neoliberalism in Brazil*. *Futures*, v. 95, p. 76-85, 2018.

47 CHAMBERS, S.A. *Jacques Rancière and the Problem of Pure Politics*. *European Journal of Political Theory*, v. 10, n. 3, p. 303-326, 2011.

iminente na transferência de padrões sociais e econômicos do centro para a fronteira (i.e. importação de padrões da sociedade capitalista central para a fronteira), conquanto migrantes recém chegados mantêm memórias e experiências pré-fronteiriças, as quais permitem, dependendo das circunstâncias, imaginar formas alternativas de vida. Durkheim [em *Le Suicide*] demonstrou que os problemas mais pessoais têm, fundamentalmente, bases sociológicas e são incrustados no espaço social. No nosso caso, a fronteira é também um processo sociológico e para o qual convergem forças individuais. A resistência e as reações são informadas e alimentadas por experiências individuais e coletivas vivenciadas no presente e no passado. Dependendo de como as pessoas se envolveram e foram transferidas para a fronteira (espontaneamente ou por meio de agências governamentais), estarão com maior ou menor disposição de questionar sua condição na fronteira. O passado é mobilizado e influencia o presente, especialmente porque experiências particulares e individuais garantem que certos tipos de consciência histórica se tornem forças de transformação⁴⁸. Tais processos evoluem em diferentes escalas espaciais e temporais, o que se relaciona diretamente ao que Quaini descreve como a “geo-história do poder”⁴⁹.

O trabalho humano tem evidentemente uma base cultural, assim como cultura tem consequências e repercussões políticas claras, uma vez que os mecanismos de unidade e oposição sempre assumem expressão cultural e se manifestam em lutas políticas específicas⁵⁰. Particularmente devido à heterogeneidade da fronteira, as relações de trabalho envolvem conflitos, mas também interdependências entre diferentes segmentos da sociedade. Ao mesmo tempo, a resistência pode prosperar especialmente nos interstícios da fronteira espacial. Uma vez que rebelião aberta e confronto intenso sejam raros, a principal forma de resistência política se desenrola como um processo silencioso e que acontece através de práticas e reações difusas⁵¹. Por exemplo, a principal atividade econômica na Amazônia hoje é o agronegócio neoliberalizado, cada vez mais financiado internacionalmente (portanto, mais abstrato do que nunca) e incapaz de enfrentar as crises crescentes de sua própria criação, o que por outro lado cria possibilidades de desafio e tendências contra-hegemônicas.

A Figura 1 ilustra as múltiplas agências inscritas na paisagem da fronteira do agronegócio de Mato Grosso. É possível contrastar o espaço de uma unidade de recebimento e processamento de grãos, com armazéns, árvores plantadas, guarita e morros ao fundo. Porém, diferente da maioria das narrativas da ‘vitória da soja’, a pintura trata de um dos personagens mais esquecidos na atividade do agronegócio: o catador de soja, alguém que sobrevive limpando o chão dos caminhões que recentemente depositaram sua carga. Normalmente homens e não-brancos, esses

48 WHITEHEAD, N. (Org.). *Histories and Historicities in the Amazon*. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 2003.

49 QUAINI, M. *Geography and Marxism*. Trans. A. Braley. Oxford: Basil Blackwell, 1982 [1974].

50 SMITH, G. *Livelihood and Resistance*. Berkeley: University of California Press, 1989.

51 SCOTT, J.C. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Heaven and London: Yale University Press, 1985.

indivíduos passaram a maior parte do dia coletando grãos que se tornaram apenas resíduos e estorvo. São pessoas que trabalham nas margens mais humildes da economia regional, se esforçando para preencher um saco de grãos e trocá-lo por algum alimento no final de uma longa jornada. A beleza da pintura, além do seu valor estético, é subverter a ordem ‘normal’ das coisas (a ordem ‘policial’) e trazer para o primeiro plano da história alguém considerado pouco mais que mendigo, quase um pária. O artista, Wander Melo, faz um argumento convincente e provocador: quem tem realmente agência histórica nesta imagem? Os motoristas do caminhão, os funcionários das corporações transnacionais (que quase não aparecem na imagem) ou o catador, o pobre entre os mais pobres, mas o único, juntamente com seu cachorro, que são capazes de realmente agir. A imagem é uma representação maravilhosa dos interstícios da atividade do agronegócio opressivo e excludente, um momento inesperado na geografia da soja, em que o subalterno se torna o protagonista, quando os prodígios da modernidade capitalista são minimizados e aquilo que é normalmente subjugado assume protagonismo.



Figura 1 - O Catador de Soja (por Wander Melo).

Finalmente, as perspectivas de resistência e transformação baseadas na vivência diária e no metabolismo da fronteira têm também implicações importantes para uma agenda crítica de pesquisa acadêmica. Interrogar a fronteira é certamente um desafio formidável para o pensamento crítico e de esquerda (que é, ou deveria ser,

principalmente concentrado na busca de justiça e na igualdade) considerando que a produção de fronteiras é, por definição, associada à geração e perpetuação de desigualdades. Os pesquisadores devem, portanto, desenvolver uma habilidade de experimentar o processo, aparentemente caótico, de evolução espacial e identificar a criatividade de resistências silenciosas localizadas nos interstícios da vida na fronteira. Tudo isso exige um compromisso reflexivo e rejeição dos relatos convencionais positivistas e politicamente vazios. Conforme defendido por Lacoste⁵², é preciso refletir para analisar e não analisar primeiro para refletir mais tarde. Em grande medida, tal linha de investigação serviria para retomar a análise nos termos deixados por Marx nos últimos anos de seu trabalho, uma vez que a riqueza da última fase de sua crítica de economia política foi basicamente desconsiderada no Século XX⁵³. Marx buscou produzir uma teoria geral do capitalismo para explicar a questão da “reprodução expandida” (a qual foi apenas esboçada e deixada incompleta no capital). Foi justamente nesta fase que Marx ampliou sua sensibilidade geográfica e reconheceu a importância das circunstâncias locais além da Europa Ocidental, notando o papel estratégico do estado e o valor de comunidades rurais e propriedades comuns (como no caso da Rússia). As conclusões de Marx, no ocaso de sua obra, abrem perspectivas altamente inovadoras para se lidar com complexidades culturais e institucionais do mundo capitalista e rejeitar a proposta de mudança lineares e pré-concebidas (como exemplificado pelo dogmatismo das formulações leninistas-stalinistas). Nesse sentido, a fronteira pode ser considerada como um espaço tentativo e incerto onde as relações capitalistas prevalecem, mas também pode ser vista como um terreno de resistência e foco de reação da à perversidade sócio-espacial do mundo globalizado.

Recebido em 18 de julho de 2018.

Aprovado em 18 de dezembro de 2018.

52 LACOSTE, Y. Le Géographie. In: CHÂTELET, F. (Org.). La Philosophie des Sciences Sociales. Paris : PUF, 1973, p. 242-302.

53 JONES, G.S. Karl Marx: Greatness and Illusion. London: Penguin, 2016.